

US\$ 3,5 bilhões devem ser pagos até o fim do ano pelas estatais

por Arnolfo Carvalho
de Brasília

As empresas estatais do governo federal terão de pagar ao Tesouro a parcela de US\$ 3,5 bilhões relativa a suas dívidas externas com aval da União que vencem ao longo deste ano, já que a revisão orçamentária a ser enviada nos próximos dias ao Congresso acaba com as facilidades de rolagem destes débitos com dinheiro público.

"O ajuste econômico vai impor um desafio ainda maior às estatais federais", disse na sexta-feira o diretor do Departamento de Orçamentos da União (DOU), Cláudio Forghieri, que entregou à ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, a revisão dos orçamentos fiscal e da seguridade social para este ano.

Provavelmente ainda esta semana a Presidência da República encaminhará ao Congresso um projeto de lei de crédito suplementar para a área de pessoal, acompanhado de uma exposição de motivos que apresentará toda a revisão orçamentária até 1990, incluindo um corte de gastos na folha de pagamento da ordem de 25% a partir de julho.

"A folha de maio já começou a cair em algo como 10%, em junho isso deve dobrar e de julho em diante esperamos ter uma economia decorrente da reforma administrativa sendo conduzida pelo secretário da Administração João Santana", adiantou o diretor do DOU. O segundo módulo da revisão orçamentária a ser encaminhado ao Legislativo envolverá os gastos de custeio e de investimentos, incluindo as estatais.

Com isso estará completa a revisão dos orçamentos deste ano, em função do aumento de receita previsto pelo Ministério da Economia e dos cortes de gastos em geral. Como as dotações originalmente aprovadas com valores de 31 de dezembro só foram corrigidas em 143% no caso de custeio e outras despesas, e 159% no caso de pessoal, o

simples congelamento dos valores de maio representará uma "contração real de despesas".

A urgência em encaminhar primeiro a parte de pessoal deve-se, segundo o diretor do DOU, ao fato de que as dotações para esta finalidade já se esgotaram em vários órgãos do Executivo, bem como no Legislativo e no Judiciário. As novas dotações propostas ao Congresso levarão em conta a redução de quase 360 mil servidores federais, prevista na reforma administrativa.

A partir de agora a Secretaria Nacional de Planejamento, à qual está subordinado o DOU, passa a trabalhar na revisão dos orçamentos das empresas

POUPANÇA — Executivo e Legislativo buscam, pela primeira vez, um entendimento sobre a Medida Provisória 184 — que faz algumas alterações na reforma monetária — com um encontro, na próxima terça-feira, entre o líder do governo na Câmara, Renan Calheiros, e o relator do projeto de conversão à medida provisória, Marcelo Cordeiro (PMDB-BA). O prazo para o legislativo votar esta medida esgota-se no dia 4 de junho.

estatais. A orientação do Ministério da Economia é para cobrar a contribuição destas empresas, para a geração do superávit operacional de 2% do Produto Interno Bruto (PIB) este ano, pressupondo os cortes de pessoal, as privatizações e o pagamento da dívida com aval da União junto a credores estrangeiros.

Normalmente estas empresas tinham assegurada uma rolagem, com recursos do Tesouro, do total de suas dívidas avalizadas pela União no exterior. Estes gastos apareciam no orçamento em vigor tendo como fonte de recursos a colocação de títulos da dívida pública — "o que agora está eliminado por definição".

Como não haverá esta fonte (denominada Fonte 144 nos códigos dos orçamentos), o Governo terá que encontrar uma fórmula para tratar o problema envolvendo os juros de US\$ 800 milhões e o principal de US\$ 2,7 bilhões que vencem ao longo deste ano. As estatais serão, assim, chamadas a honrar estes compromissos sem aporte de recursos orçamentários.

O mesmo esquema está previsto na revisão orçamentária para a dívida externa dos Estados e Municípios, cujo total vencido ou por vencer este ano está avaliado agora em US\$ 2,3 bilhões (principal de US\$ 1,6 bilhão e juros de US\$ 700 milhões), segundo o diretor de orçamentos da Secretaria Nacional de Planejamento.

"Os municípios e estados também serão convidados a participar desse esforço de substituição do déficit público por um superávit operacional", disse ele, preocupado em explicar que não haverá conflito com a legislação vigente que fixou a rolagem destas dívidas com aval em 75%, originalmente.

Este percentual cai para 53% porque o Governo está cancelando, como manda a lei, a parcela de refinanciamento que seria custeada com o pagamento de 5% do principal da dívida externa com aval da União, eliminado do orçamento em vigor pelo Congresso.

"Vamos manter os 53%", disse Forghieri. "Mas este percentual será inteiramente custeado pelos pagamentos que os estados e municípios terão que fazer à União por conta dos adiantamentos anteriores destinados a cobrir o não-pagamento em dia de dívidas externas junto ao Banco Central, conhecidos como os diversos Avisos MF do Tesouro.

"Se os Estados e Municípios não pagarem os juros destes adiantamentos ao Tesouro, como manda a lei, a União não terá a fonte de recursos para efetuar a rolagem de suas dívidas externas", informou, explicando que até agora a versão entregue à ministra mantém a possibilidade de utilizar os avisos MF suspensos desde 15 de março.

O estado ou município que não pagar o juro devido à União pelo financiamento anterior de suas dívidas terá reduzida na mesma proporção a rolagem automática dos débitos externos — o que equivale a obrigar os devedores a pagarem integralmente os seus débitos externos que vencem este ano.